

A CONTRAPOSIÇÃO DA AGROECOLOGIA A INDUSTRIALIZAÇÃO DOS ORGÂNICOS

 <https://doi.org/10.56238/arev6n3-278>

Data de submissão: 20/10/2024

Data de publicação: 20/11/2024

Hudson Antunes da Silva Nunes

Bacharel em Direito pela Universidade José do Rosário Vellano – Unifenas (2017) Mestrando em Gestão Pública e Sociedade na Universidade Federal de Alfenas – Unifal

RESUMO

O artigo trata da relação entre a produção orgânica e a agroecologia. Quando analisados dados do governo federal, nota-se que a produção de alimentos no Brasil é grande e esta concentrada no poder de um pequeno grupo de pessoas, enquanto a maior parte dos produtores, que são oriundos da agricultura familiar ou das pequenas propriedades, encontra grande dificuldade em produzir e comercializar sua produção. Uma alternativa a produção convencional das grandes propriedades rurais, seria o plantio de produtos orgânicos, pois dessa forma, não haveria o controle dos grandes grupos agrícolas sobre a produção, dando ao pequeno produtor uma autonomia produtiva e financeira. Mas, percebendo que a agricultura orgânica poderia ser produzida em larga escala, o mercado capitalista se apoderou da técnica agrícola orgânica, transformando o produto natural em algo industrial, e por consequência, excluindo dois grupos sociais do mercado alimentar, sendo, os pequenos produtores e as pessoas de baixa renda. Nesse sentido, surge a agroecologia como uma alternativa aos pequenos produtores, pois a mesma não envolve apenas a técnica, mas também um conjunto amplo de fatores que fazem desse conceito, algo diferente no meio rural.

Palavras-chave: Agroecologia. Orgânicos. Capitalismo. Agricultura Familiar.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil nos últimos tempos vem passando por um processo de mudança de produção agrícola, dadas às exigências alimentares no âmbito interno e externo.

Como grande exportador de alimentos in natura, o país projetou uma grande área de produção por meio da agricultura extensiva, gerando então um número significativo de produção colhida e comercializada. Mas para ter esse grande resultado na produção de alimentos, alguns cuidados são necessários, como o uso de fertilizantes químicos, pesticidas e sementes modificadas geneticamente. Tais atos, que possuem o intuito de aumentar o quantitativo da produção, geram um alimento - por vezes - não ideal para o consumo, dado o excesso de modificações feitas no processo agro produtivo.

Como alternativa aos alimentos modificados, surgiu a volta da produção de alimentos de forma orgânica, sem o uso de modificação genética artificial, agrotóxicos ou fertilizantes químicos. Mas, ao observar que a agricultura orgânica poderia gerar produtos com preço maior ao consumidor e assim elevar a margem de lucro, o mercado logo absorveu a produção dos orgânicos, levando-os ao cultivo controlado e em larga escala, não sendo suscetíveis as mudanças temporais e não obedientes à sazonalidade natural.

Com isso o preço dos alimentos tende a subir, havendo a exclusão de dois grupos sociais: 1) os pequenos produtores e os produtores da agricultura familiar; e 2) as pessoas de baixa renda.

A agroecologia surge então como um processo de independência desses grupos em relação ao mercado capitalista, como uma forma de produção alternativa e com preços acessíveis, sem abandonar a qualidade do produto.

O referencial teórico foi dividido em três seções. Na primeira seção será tratada a questão rural no Brasil, em que se pode ver a exclusão dos pequenos produtores e produtores familiares do mercado, bem como os desafios por eles enfrentados para manter sua produção. Na segunda seção será analisado o processo produtivo dos orgânicos e a sua capitulação ao capital, e na terceira seção será abordado o conceito de agroecologia. Como resultado identificou-se que os orgânicos já não são uma alternativa produtiva ao capitalismo e que tal alternativa de independência se dará por meio da agroecologia.

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa bibliográfica por meio de artigos científicos e fontes governamentais, extraídos de revistas científicas e endereços eletrônicos. Foi utilizada também a análise quantitativa por meio de gráficos e tabelas extraídos dos artigos selecionados. Foram utilizados os instrumentos de busca Google Acadêmico e Plataforma de Periódicos Capes.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Quando se fala sobre a agricultura no Brasil, vem à mente a lembrança de grandes lavouras como soja ou milho, bem como grandes pastagens com gado da raça nelore, e paisagens bucólicas de pastos verdes, plantações douradas e pessoas com chapéis de aba larga caracterizando uma riqueza produzida no âmbito rural.

Mas, ao atentarmos para a realidade da questão rural, pode-se notar que existe uma situação totalmente diversa da narrada acima. Quando analisada a distribuição das propriedades rurais no Brasil, 76,8% das propriedades pertencem a categoria da economia familiar. Entretanto, esse mesmo grupo, ocupa apenas 23% da área produtiva do país, segundo dados extraídos do IBGE no ano de 2019 (Faverato, 2022), como mostra o Quadro 1:

Quadro 1: Número e área ocupada por estabelecimentos familiares e patronais por grandes regiões do país para o ano de 2017.

	Numero de Estabelecimentos			Área Ocupada		
	Total	% familiares	% patronais	Total (há)	% familiares	% patronais
N	580.613	82,8%	17,2%	65.213.349	30,3%	69,7%
NE	2.322.719	79,2%	20,8%	79.893.865	36,6%	63,4%
CO	347.263	64,3%	35,7%	112.004.322	8,9%	91,1%
SE	969.415	71,1%	28,9%	60.302.969	22,8%	77,2%
S	853.314	78,0%	22%	42.875.319	26,8%	73,2%
Total	5.073.324	76,8%	23,2%	351.289.816	23,0%	77,0%

Fonte: Faverato (2022).

Apesar do número de estabelecimentos de economia familiar concentrarem $\frac{3}{4}$ da quantidade de propriedades rurais do Brasil, este mesmo grupo constitui menos de $\frac{1}{4}$ da área produtiva do país. Enquanto isso, um pequeno grupo de pessoas, correspondente a menos de

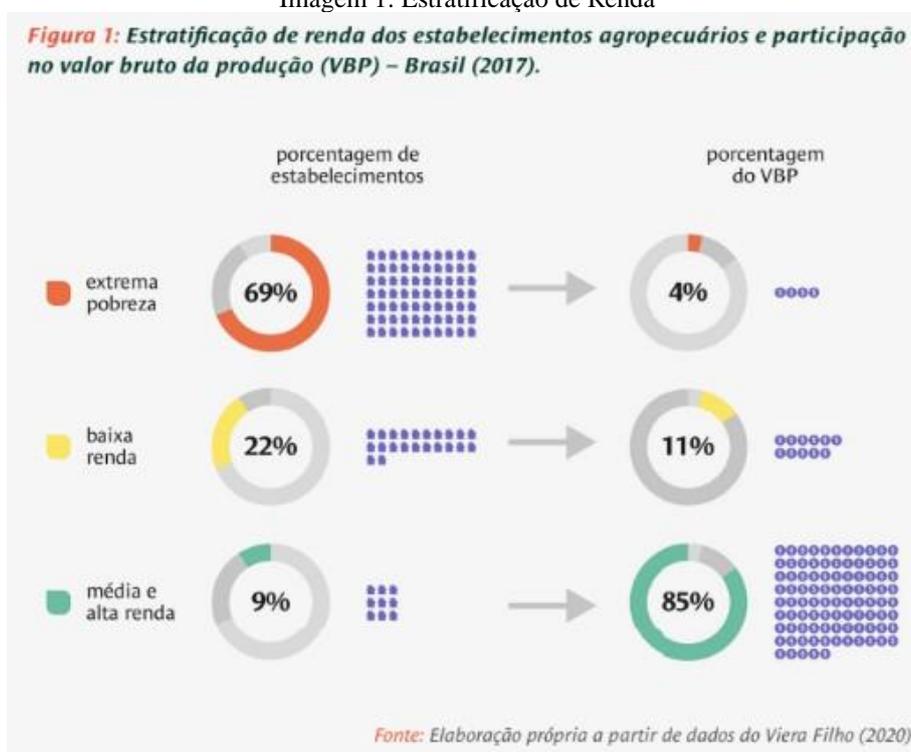
$\frac{1}{4}$ dos produtores rurais concentram mais de $\frac{3}{4}$ da área produtiva, sendo então nítida a discrepância da concentração de área produtiva e, ao mesmo tempo, podendo se extrair vários fatores de desigualdade, não apenas em área, mas também de emprego e renda, desenvolvimento humano e desenvolvimento ecológico. Neste sentido, diz Faverato (2022):

Com relação à concentração produtiva, também houve um aprofundamento nos últimos anos. Segundo Vieira Filho (2020), em 2006, apenas 11% dos estabelecimentos mais ricos respondiam por cerca de 86% do valor bruto de produção (VBP), enquanto os 68% mais pobres representavam apenas 3,4%. Já em 2017, 9% dos estabelecimentos mais ricos eram

responsáveis por 85% do VBP, enquanto os 69% mais pobres contribuíam com 4%. Nesta discussão é importante esclarecer que a constatação da alta concentração da renda e da produção, não significa que os estabelecimentos de baixa renda ou em extrema pobreza sejam inviáveis produtivamente ou que possam apenas se beneficiar de políticas sociais. (FAVERATO, 2022, p. 40)

Ou seja, como o grande numero de propriedades pertence ao grupo de economia familiar e essas possuem pouca área produtiva, essas áreas de produção possuem pouca capacidade de gerar renda satisfatória para a subsistência da unidade familiar. Tal discrepância pode ser observada na Imagem 1:

Imagem 1: Estratificação de Renda



Fonte: Faverato (2022).

Outro fator que demonstra tamanha desigualdade e depreciação para com o grupo da agricultura familiar é a falta de orientação técnica. De todas as propriedades rurais, apenas 20% recebem a assistência de um técnico, seja ele particular ou de alguma agência governamental, mas desses 20%, o número de agricultores familiares ou de baixa renda, que recebe assistência técnica, corresponde a apenas 35%, ou seja, um número muito limitado de propriedades (Faverato, 2022). Sem a assistência técnica, o produtor pode ter prejudicada sua produção, seja em termos de qualidade, seja em termos de quantitativos do produto e, com a quebra da produção em termos quantitativos ou com uma qualidade menor, o preço agregado também sofre depreciação, levando a um prejuízo de lucro na comercialização, como também da renda dessa pequena propriedade.

O acesso ao crédito para o investimento na produção constitui outro ponto de importância para o agricultor. Como já observado anteriormente, a agricultura familiar e o pequeno agricultor são prejudicados no quantitativo produtivo, sendo o elo mais fraco da cadeia de produção agrícola, pois com área produtiva muito limitada, sua produção também se torna limitada, sendo basicamente para sua subsistência e comercializando o excedente. Como a fonte de renda é mínima, pouco sobra para o investimento, sendo necessário o apoio governamental, mas mesmo os subsídios sofrem discrepância na sua distribuição. No ano de 2023, ao anunciar o Plano Safra 2023/2024, o Governo Federal (Brasil, 2023) destinou um aporte de 364,22 bilhões de reais a serem distribuídos entre grandes e médios produtores, tendo uma variação positiva no montante de recursos em relação ao plano anterior, como demonstrado no Quadro 2:

Quadro 2: Volume de Recursos – Finalidade (em R\$ bilhões)

Finalidade	2022/2023	2023/2024	Variação
Custeio e Comercialização	214,27	272,12	26%
Investimento	71,98	92,10	28%
Total Plano Safra	287,16	364,22	26,8%

Fonte: Governo Federal (2023) Elaboração: SPA/MAPA

E para o mesmo período o agricultor familiar e o pequeno agricultor tem destinado para seu financiamento um aporte menor de subsídios, sendo um valor de 50 bilhões de reais para o período 2023/2024. Ao analisar os dados fornecidos pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil, 2024), houve uma diminuição dos valores destinados ao financiamento de pequenos produtores e componentes da agricultura familiar, como demonstrado no Gráfico 1:

Gráfico 1: Variação de contratos de financiamento do Pronaf e valores destinados ao financiamento (em R\$ bilhões)
Quantidade de Contratos - PRONAF



Fonte: Governo Federal (2024).

Observados os desafios enfrentados pelos produtores, pode-se notar que o método tradicional de produção extensiva não pode ter êxito em pequenas propriedades, pois as mesmas possuem uma confusão entre a renda do produtor e o lucro da propriedade, sendo que as propriedades familiares rurais usam os recursos obtidos da produção para melhorar sua condição de vida e para subsistir, destinando parte de sua produção ao autoconsumo, retirando a chance de fortalecimento de ativos para investimento e por consequência crescimento (Faverato, 2022). Portanto deve o pequeno produtor e o agricultor familiar buscar outras formas de obter esse ativo, como a agricultura orgânica e a agroecologia.

2.2 PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE ORGÂNICOS

Uma forma alternativa de produção agrícola encontrada pelos pequenos produtores e produtores familiares, foi a agricultura orgânica. Mas, o que é a agricultura orgânica? A produção agrícola orgânica é fundamentada pelo não uso de produtos químicos nas lavouras, como agrotóxicos e fertilizantes químicos, sendo optado o uso de insumos orgânicos, não prejudiciais ao solo e ao meio ambiente (Viglio, 1996).

Segundo Viglio (1996), existem critérios básicos para a produção ser considerada orgânica, sendo estes:

1. Proteger a fertilidade natural dos solos a longo prazo, através da manutenção dos níveis de matéria orgânica, estimulando a atividade biológica no solo.
2. Intervenções mecanizadas cautelosas.
3. Fornecimento de nutrientes às lavouras relativamente insolúveis (não obtidos por processos químicos), que se disponibilizem às plantas pela ação de microorganismos.
4. Buscas a auto-suficiência em nitrogênio pelo uso de leguminosas e inoculações com bactérias fixadoras de nitrogênio, bem como a efetiva reciclagem de materiais orgânicos a partir da incorporação de resíduos culturais e esterco animais.

5. Controle de pragas, doenças e ervas prioritariamente pela rotação de culturas, inimigos naturais, diversidade genética, adubações orgânicas, uso de variedades de resistentes e uso limitado (de preferencia mínimo) de intervenções térmicas, biológicas e químicas.
6. Buscar modos extensivos de criação animal, visando dentro do possível, ao bem-estar das espécies exploradas.
7. Atenção especial ao impacto do sistema produtivo sobre o meio ambiente como um todo protegendo a vida selvagem existente. (Viglio, 1996, p.8)

Observando os critérios estabelecidos, nota-se que existe na agricultura uma dificuldade de se utilizar o modo orgânico. Mas, quando analisados os dados do Brasil, destaca-se um grande aumento do número de agricultores que optaram pelo sistema orgânico de produção.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE, existiam no Brasil 68.716 propriedades rurais certificadas como produtores de orgânicos. Já o Ministério da Agricultura, por meio do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, aponta um número menor de produtores certificados, sendo 17 mil produtores em 22 mil unidades de produção, portanto existe uma diferença de 46 mil produtores e unidades de produção certificados. (Lima; Galiza; Valadares; Alves, 2020).

Mesmo constando uma diferença gritante entre os números do IBGE e do Ministério da Agricultura, não é de se negar que a agricultura orgânica no Brasil passa por um processo de crescimento, ano a ano, como demonstra o Gráfico 2:

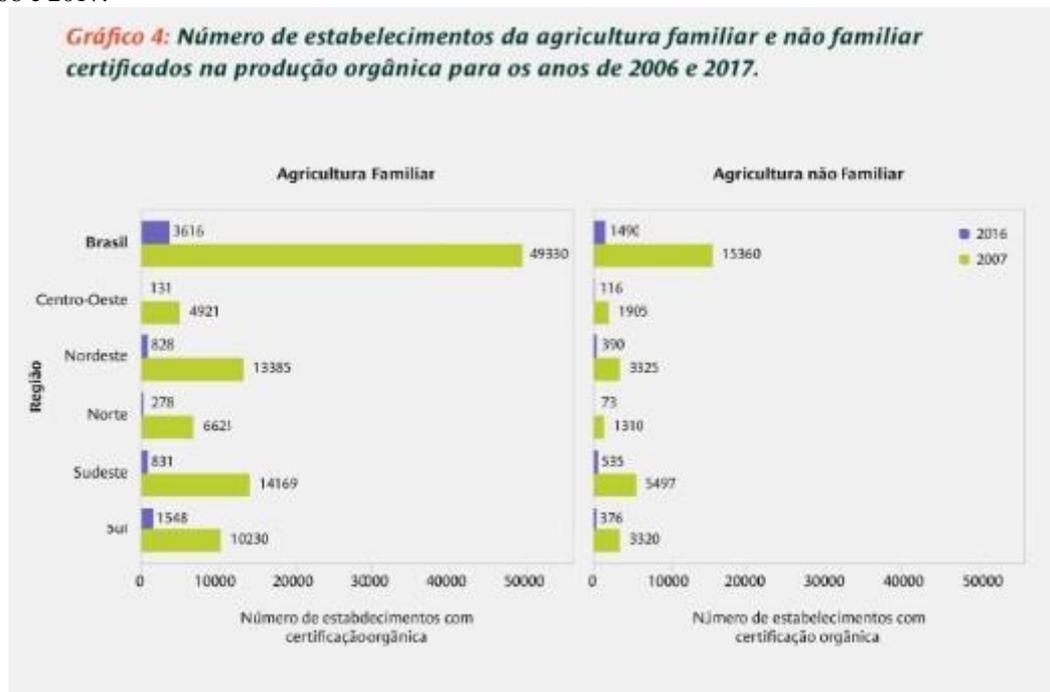
Gráfico 2: Numero de unidades de produção e orgânicos registrados no Ministério da Agricultura



Fonte: Brasil (2019) in Lima; Galiza; Valadares; Alves (2020)

Desse grande número de estabelecimentos certificados como produtores de orgânicos, verifica-se que a agricultura familiar tem uma participação de grande importância, comportando a grande maioria dos estabelecimentos produtores, em detrimento da agricultura não familiar, como ilustra o Gráfico 3:

Gráfico 3: Número de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar certificados na produção orgânica para os anos de 2006 e 2017.



Fonte: Faverato (2022)

Analisando o salto exponencial da quantidade de produtores orgânicos, pode-se notar que a grande maioria provém da economia familiar, sendo aproximadamente $\frac{3}{4}$ do número de produtores. Mas o mesmo gráfico chama a atenção a outro dado - o crescimento do cultivo de orgânicos por estabelecimentos não familiares, ou seja, grandes e médios produtores, que estão migrando da agricultura tradicional em direção a agricultura orgânica. Tal questão gera uma dúvida: esses produtores se preocupam verdadeiramente com o bem estar e o meio ambiente, ou estão migrando por terem encontrado um novo nicho no mercado a ser ocupado em busca do lucro?

Friedmann (2005) responde a pergunta dizendo que:

Os alimentos tornam-se mercadorias, e como tais são tratados, buscando a sua durabilidade, sua desterritorialização, apropriando-se do seu caráter “natural” e substituindo-o. Daí decorre um movimento antagônico, mas que também pertenceria e comporia um complexo terceiro regime agroalimentar, que é o do “esverdeamento” do capitalismo. (Friedmann, 2005 in Da Costa Nascimento, 2018, p.619).

Assim, pode-se perceber que o aumento da produção dos orgânicos não é meramente um aumento na conscientização de praticas alimentares saudáveis, mas sim um segmento de mercado com potencial exploratório imenso e quase sem concorrência.

Assim como os produtos agrícolas tradicionais, os produtos orgânicos estão sendo produzidos de maneira sistemática para que não faltem amostrar no mercado, não obedecendo a sazonalidade do produto. Sobre a industrialização dos orgânicos, explica Da Costa Nascimento (2018) que:

O mercado é estruturado, possui fornecedores cadastrados e a disponibilidade de produtos varia, basicamente, pela sazonalidade. O mercado de orgânicos, por ter se tornado uma indústria, se organiza para oferecer todos os produtos, para não faltar nas gôndolas. (Da Costa Nascimento, 2018, p.620)

E mesmo se tratando de um produto sem o uso de produtos químicos em sua produção, o que caracterizaria um produto sem a influencia do capitalismo, os itens comercializados necessitam de uma certificação e esta certificação retira o caráter humano da produção orgânica, como explica Da Costa Nascimento (2018) dizendo que:

o selo de produtos orgânicos serve como uma vistoria e garantia para os consumidores de que aquele produto é orgânico. Porém, o produto com o selo significa comprar de uma indústria, de uma máquina, e não de quem produz, e isso é uma escolha do consumidor. Como afirmou o organizador da feira, o orgânico é um rótulo massificador. (Da Costa Nascimento, 2018, p.621)

E continua:

Há uma valorização crescente do mercado de orgânicos, e isso favorece o desenvolvimento de iniciativas de fomento à atividade. (...) Os olhos parecem estar voltados à grande produção da cadeia de orgânicos, que se estabelece em redes de produção nos moldes fabris, das máquinas e dos rótulos. É quando o produto da terra vira rótulo, quando o respeito ao produtor pequeno e verdadeiramente sustentável pode se perder ante a indústria exploradora do consumo, camuflado pelo rótulo de “orgânico”. O rótulo orgânico passa a ser uma forma deturpada do mercado em explorar ainda mais o produto da terra e o seu produtor, usando das chancelas “orgânico”, “natural”, “direto do produtor”, para encarecer o artigo (...) quando, na verdade, o produtor não tem o retorno financeiro na mesma proporção. O produto ganha um valor premium no mercado, pode ser vendido mais caro, porém, o verdadeiro valor que o consumidor transfere para o mesmo não se efetiva para seu produtor. A cadeia de distribuição acaba ficando com a maior fatia e o sistema de exploração se repete, agora com um rótulo verde. (Da Costa Nascimento, 2018, p.224-225)

Ou seja, o mercado de orgânicos foi subvertido pelo capital em mais um item do portfólio de produtos oferecidos pelo mercado aos consumidores de primeira hora, sem a preocupação com o bem estar do consumidor ou dos produtores, muito menos com as condições sociais e ecológicas em que aquele produto foi cultivado.

2.3 AGROECOLOGIA COMO ALTERNATIVA

Antes de entender a agroecologia como uma alternativa, primeiro convém saber o que é esse conceito. O termo agroecologia é algo novo quando comparado a agricultura tradicional e a agricultura de orgânicos. Para Caporal e Costabeber (2002) a agroecologia:

Nos faz lembrar de uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, que promove a inclusão social e proporciona melhores condições econômicas para os agricultores de nosso estado. Não apenas isto, mas também temos vinculado a Agroecologia à oferta de produtos “limpos”, ecológicos, isentos de resíduos químicos, em oposição àqueles característicos da Revolução Verde. Portanto, a Agroecologia nos traz a idéia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica. (Caporal; Costabeber, 2002, p.16)

Mais do que uma simples técnica de produção agrícola com caráter ecológico, a agroecologia é uma mescla de varias outras áreas como a agricultura, a ecologia, os relações sociais e econômicas etc, com o intuito de desenvolver o meio rural de forma sustentável. (Caporal; Costabeber, 2002).

Como já citado, o produto orgânico vem sofrendo um processo de industrialização e a perda da identidade como item alternativo ao poder capitalista. Já o artigo agroecológico, diferente do orgânico, provem de uma produção pequena, com produtores oriundos da agricultura familiar ou pequeno produtor e que possuem uma preocupação com a terra, o ecossistema em que vive e com o núcleo social que convive, como sua família e vizinhos (Da Costa Nascimento, 2018).

Caporal e Costabeber (2002) corroboram dizendo que na agroecologia:

Os primeiros objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas sim a otimização do equilíbrio do agroecossistema como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais. Por esta razão, as pesquisas em laboratório ou em estações experimentais, ainda que necessárias, não são suficientes pois, sem uma maior aproximação aos diferentes agroecossistemas, elas não correspondem à realidade objetiva onde seus achados serão aplicados e, tampouco, resguardam o enfoque ecossistêmico desejado. (Caporal; Costabeber, 2002, p.17)

No Brasil, com a posse do presidente Lula em 2003, a agroecologia começou a ganhar um certo destaque, sendo regulamentada pela Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003 e pelo Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012, bem como por ações governamentais, como o Pronaf Agroecologia com a destinação de até 130 mil reais por agricultor, e o cadastramento do agricultor ecológico no Programa de Aquisição de Alimentos, principalmente para merenda escolar, recebendo um adicional de 30% do valor nos produtos vendidos para o programa (Santos, 2014).

Meireles (2004) diz que a agroecologia evita a elitização do consumo da produção e propõe um processo de comercialização que visa:

- democratizar, popularizar e massificar o consumo de produtos ecológicos;
- encurtar a distância entre produtores e consumidores, estimulando relações solidárias entre eles;
- valorizar os serviços socioambientais gerados;
- fazer com que os benefícios da comercialização sejam compartilhados entre todos os envolvidos;
- promover a cooperação, a transparência e a complementaridade entre os agentes do processo de comercialização;
- possibilitar uma crescente inclusão de agricultores e consumidores no mercado (MEIRELES, 2004, p. 13 in Santos, 2014).

Essa prática sócia produtiva denominada agroecologia vem a gerar uma forma de renda sustentável para o produtor, evitando que o mesmo tenha que sair da zona rural em busca de trabalho na cidade, assim como conserva o bioma existente no campo, onde reside. Nesse sentido, diz Santos (2014) que:

Algumas políticas iniciam o processo de oferecer à produção agroecológica, formas de se estabelecer, e de constituir-se como uma alternativa de sustentabilidade para o meio rural, por dispor de base tecnocientífica de estratégias para o desenvolvimento rural sustentável. Através dessas práticas, objetiva-se a permanência das famílias no campo a partir do manejo sustentável dos solos, a conservação dos recursos naturais, a valorização dos saberes locais, a independência dos pequenos agricultores que comercializam seus produtos sem a presença do atravessador. (Santos, 2014)

Ao mesmo tempo, o pequeno agricultor que pode comercializar sua produção excedente e transforma-la, não apenas em renda, mas também em capital de giro para investimentos na propriedade, deixando então a realidade exposta na imagem 1. A comercialização para a agroecologia não é apenas uma relação comercial, mas também uma relação social, em que ocorre a formação de laços entre o agricultor e o cliente, ofertando a qualidade de vida a ambos os lados. Diz Santos (2014) que:

Igualmente importante é a possibilidade que as práticas agroecológicas oferecem para os agricultores de comercializarem seus produtos no espaço urbano, sobretudo, porque se estabelece uma relação que vai além da relação comercialização/consumo. Esses ambientes consistem em espaços de troca mútua, estabelecimento de laços, além permitir aos agricultores falarem da sua produção, das suas trajetórias, socializar seus ensinamentos, e ouvir dos consumidores o que precisa ser melhorado. (Santos, 2014)

Que completa com dizeres de Caporal (2001)

No espaço da comercialização é comum a prática de troca de produtos entre os feirantes, proporcionando o fortalecimento dos laços de solidariedade entre o grupo e facilitando as

ações coletivas como, por exemplo, a definição dos preços. Através dessas experiências é possível perceber, que para os agricultores familiares surge uma possibilidade de desenvolverem-se mantendo independência em relação à ação estatal, diferente do modelo convencional que demanda grande quantidade de subsídios, conforme afirma Caporal (2001). (Caporal, 2001 in Santos, 2014).

Deste modo, a agroecologia é um sistema que preza pela valorização socioeconômica sustentável da população rural, em especial do pequeno produtor e do produtor familiar, bem como proporciona ao consumidor do produto, uma melhor qualidade de vida.

3 METODOLOGIA

Foi utilizado o método qualitativo de pesquisa, por meio de levantamento bibliográfico de artigos e informativos do governo federal que tratassem da temática agroecologia, orgânicos e agricultura. Por meio dos artigos, foram coletados gráficos que enriqueceram a demonstração de dados elucidando melhor a temática. A pesquisa nas ferramentas de busca foram utilizadas as palavras: agroecologia, orgânicos, agricultura familiar, agricultura orgânica e produção orgânica extensiva. Após a mostra dos artigos que possuem relação com os palavras chave, foram selecionados os textos que embasaram este artigo, por sua maior conexão com a temática.

Como ferramenta de busca, foram utilizados os sistemas Google Scholar, desenvolvido pela empresa norte-americana Google, e a Plataforma de Periódicos Capes, pertencente ao Governo Federal do Brasil.

Por meio desta pesquisa buscou-se demonstrar a capitulação da produção orgânica ao capitalismo e a resistência dos pequenos produtores da agricultura familiar a industrialização da agricultura, se utilizando da agroecologia com instrumento desta resistência.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

Como já analisado, pode-se notar que a situação do pequeno produtor e da agricultura familiar no Brasil esbarra em grandes desafios, que por vezes pode se tornar inviável a sua existência enquanto indivíduo no campo, como produtor de alimentos.

O avanço da agricultura extensiva tem sido um grande fator de exclusão do pequeno produtor e de suas famílias do campo, em se tratando não apenas de posse rural, mas também quando se fala de renda.

A falta de renda para a subsistência do pequeno agricultor e de sua família é o principal gerador do que é conhecido como êxodo rural, em que famílias trocam suas propriedade e vida no campo por

uma vida no meio urbano, em condições degradantes, mas com o sonho de possuir uma qualidade de vida melhor do que a anterior na sua propriedade rural.

Mesmo sendo uma grande parcela do campo, em termos populacionais, em termos territoriais o pequeno agricultor e o agricultor familiar são a minoria em área de cultivo, em percentual, enquanto 25% dos proprietários rurais possuem 75% das terras cultiváveis, concentrados em grandes propriedades, os outros 75% dos proprietários rurais possuem o restante da área cultivável, ou seja, apenas 25%. Nestes 25% o agricultor necessita produzir um número considerável para sua subsistência, mas também para venda, para a geração de renda. Mas por se tratar de propriedades muito pequenas ou mesmo micro propriedades, esse processo de produção fica deficitário, visto que qualquer variável, seja natural ou humana, pode trazer sérios danos a produção e por consequência a sobrevivência daquele pequeno núcleo rural.

Tais problemas poderiam ser aliviados ou terem um começo para o fim se houvesse um auxílio técnico e financeiro por parte do governo e de suas entidades, pois tais serviços quando regulados pelo mercado, se tornam excessivamente caros ao pequeno produtor. Mas, quando analisados os gráficos da seção 2.1, pode-se notar que a atenção a esses pequenos produtores e da agricultura familiar são relativamente baixos comparados com o auxílio aos médios e grandes produtores.

Analisando o gráfico 1 e o quadro 2, nota-se que existe uma discrepância de poder entre os grandes produtores e os pequenos produtores, mesmo sendo estes a maioria em termos numéricos. Como justificativa para essa diferença de recursos destinados, se pode elencar que a produção dos grandes é maior e por isso necessita de mais investimentos, mas quando se reflete sobre, quais dos produtores tem mais dificuldade em conseguir divisas financeiras com sua produção? Quais deles têm bens que podem avalizar um financiamento? Quais deles não sofrem perdas na produção por intempéries climáticas e humanas que vá afetar significativamente sua renda?

Ao responder essas perguntas, o que se tem é o pequeno produtor carente de auxílio e propenso a exclusão, enquanto o grande produtor não possui necessidade de auxílio por possuir um capital considerável para o investimento. Portanto, as políticas de auxílio do governo federal deveriam ser voltadas em grande parte ao micro e pequeno produtor, pois o grande tem autonomia financeira e técnica para conduzir a produção.

A agricultura orgânica constitui uma forma, então, do pequeno agricultor se contrapor a esta balança injusta que pende para o capital, mas, por se tratar de um produto gerado sem o uso de produtos químicos e apenas utilizando recursos naturais, os olhos do mercado passaram a se voltar para esse “nicho” nascente, com uma demanda considerável, mas pouca oferta, dado a técnica de produção.

Desta forma o produto orgânico já não é mais algo oriundo da preocupação com o bem estar, pois, com uma demanda alta e o a oferta baixa, os preços praticados também se elevam, o que leva a varias consequências, das quais se notam quatro: 1) a utilização indevida de maximizada dos recursos naturais para produzir mais e atender a demanda crescente do mercado, não havendo o cuidado necessário para a preservação ambiental; 2) o aumento da individualização em prol do bem estar do individuo que consome sem se preocupar com os demais ao seu redor; 3) a exclusão alimentar dos mais pobres, pois os alimentos ditos saudáveis estarão com preços elevados e inacessíveis as classes economicamente mais baixas;

4) exclusão do pequeno produtor do mercado, pois seu produto que é sazonal encontrará a competição com produtos orgânicos cultivados em ambientes controlados, não sendo afetados pela sazonalidade.

A alternativa mais viável para uma quebra desta realidade é a agroecologia, pois a mesma apresenta vários fatores além da técnica, que podem levar o pequeno agricultor e sua família a outro patamar. A agroecologia é uma vertente da agricultura, que produz alimentos de forma natural, sem o uso de produtos químicos, utilizando os recursos naturais de forma consciente e obedecendo a seu ritmo de regeneração. Com uma produção pequena, também se favorece da sazonalidade para produzir itens de melhor qualidade e acessível aos consumidores. Mais do que produção, também leva em conta o contexto ecológico e social em que aquele núcleo esta envolvido, mantendo um equilíbrio com o meio ambiente que rodeia a propriedade e fortalece os núcleos sociais, por meio da família que produz a terra, do vizinho que auxilia a produção de alguma forma, e do produtor com o consumidor final de seu produto, que adquire uma relação de confiança e essa relação social evolui para uma possível amizade que vai além da relação comercial.

5 CONCLUSÃO

Em virtude de todo o exposto, pode-se chegar a definição da agroecologia como um processo produção social, diferindo da produção capitalista da agricultura convencional.

Os produtos orgânicos possuem uma boa capilaridade e podem ser produzidos pelos pequenos agricultores, mas então se adentra a um fator essencial, entre o capital e o social, o publico e o privado, a inclusão e a exclusão.

O modo tradicional de produção é totalmente privado, pois possui um controle do capital, seja na fazenda, seja na industrialização ou ate mesmo na comercialização de sementes. Ou seja, tudo gira em torno do lucro e com o domínio de grandes corporações, como a Monsanto e a Bayer, que detém a produção de sementes modificadas geneticamente (transgênicos), de fertilizantes químicos e pesticidas,

e as indústrias de maquinário como a Case, New Holland, John Deere, Valtra e Massey Ferguson, que detém a produção de maquinário agrícola e as grandes propriedades rurais. Ou seja, poucas pessoas controlam o processo produtivo mundial.

Infelizmente a produção orgânica também sofreu com a investida do capital, já sendo produzida em larga escala para atender a uma crescente demanda do mercado consumidor, e não sendo mais uma alternativa viável.

A única forma de libertação que produção rural pode ter do regime capitalista é a agroecologia, pois a mesma prezando pelas relações ecológicas e sociais, não fica presa ao controle dos grandes corporações e pequenos grupos de dominância financeira.

A agroecologia é uma forma de produção livre por cultivar produtos de forma sustentável e ecologicamente corretos. É uma forma de independência do pequeno produtor, pois não fica volátil as exigências e inconstâncias do mercado. É uma forma de fortalecimento das relações sociais, pois cria vínculos e laços entre produtores e consumidores que ultrapassam a relação mercadológica. É uma forma de preservação do ecossistema, pois preza pela uso correto do solo e pela preservação dos recursos naturais e da fauna. É uma forma de inclusão alimentar, pois pode suprir a demanda alimentar a pessoas de baixa renda com baixo custo. É uma forma de inclusão a saúde, pois com um produto saudável, a propensão a doenças é mínima. Com estes e outros fatores, podemos produzir uma pergunta e uma resposta: O que é a agroecologia? É a libertação das amarras do capital.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidente anuncia Plano Safra 2023/2024 com financiamento de R\$ 364,22 bilhões. Brasília, DF: Ministério da Agricultura e Pecuária, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/presidente-anuncia-plano-safra-2023-2024>. Acesso em: 27 mai. 2024.

BRASIL.. Painel do Crédito Rural. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWRhN2JkOTUtYzcxMC00MWZkLWEwMzctYTVkNGQ2NWEzNGJiIiwidCI6IjYwYjYzMTk0LTAwNTgtNDE4YS04MzM1LWlyNDk2MDkxMzJjMSJ9>. Acesso em: 29 mai. 2024.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

DA COSTA NASCIMENTO, Daniela Viegas et al. Quando o orgânico se torna “rótulo”: discussões críticas sobre consumo e Agroecologia a partir de um empreendimento de Economia Solidária: When organic food becomes a "label": critical discussions about consumption and agroecology in a solidarity economy enterprise. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 26, n. 3, p. 608-629, 2018.

SANTOS, Christiane Fernandes dos et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. Ambiente & Sociedade, v. 17, p. 33-52, 2014.

FAVARETO, A.; VAHDAT, V.; FAVARÃO, C.; FERNANDES, B. Relatório Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano 2022. São Paulo: Cebrap, Fundação Arymax, Fundação Tide Setubal, Instituto humanize. 2022.

LIMA, Sandra Kitakawa; GALIZA, Marcelo; VALADARES, Alexandre Arbex; ALVES, Fabio. Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil. Texto para Discussão, No. 2538, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2020.

SANTOS, Christiane Fernandes dos et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. Ambiente & Sociedade, v. 17, p. 33-52, 2014.

VIGLIO, Eliana Conde Barroso Leite. Produtos orgânicos: uma tendência para o futuro?. Agroanalysis, v. 16, n. 12, p. 8-11, 1996.